

ATA N.º 11/2019

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

09/05/2019

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".



Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas catorze horas
e quarenta e cinco minutos, no salão nobre da Câmara Municipal de Mira,
reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr.
Raul José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Senhores
Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr. Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis
Manuel Simões Miranda, Drª. Dulce Helena Ramos Cainé e Dr. Madalena
Isabel Colaço dos Santos
Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª.
Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº.
Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e
Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa e a Técnica Superior Ana Margarida dos Santos
Mesquita
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 14:45
horas
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:
Nos termos da alínea c) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12
de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal deliberou justificar a falta
do Sr. Vereador Nelson Teixeira Maltez
Finanças Municipais:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 87, de 08 de maio de 2019,
com um saldo orçamental de 477.086,10 € (quatrocentos e setenta e sete mil,
oitenta e seis euros e dez cêntimos)
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
Interveio o Sr. Dr. Martins que questionou acerca da rede viária,
nomeadamente na Estrada Nacional 109, pois aquela estaria a degradar-se.
Salientou o facto das tampas de saneamento estarem altas, haver demasiados
buracos, bem como, os passeios se encontrarem cheios de ervas e outras
sujidades



Interveio o Sr. Presidente respondendo que todas aquelas necessidades
eram dificultadas devido ao corte de estrada que teria de ser feito e que
Câmara teria que pomover uma empreitada para execução dos trabalhos
Relativamente aos passeios, solicitou ao Sr. Vereador que indicasse os
locais em concreto para se poder tomar as providências necessárias
Interveio, de novo, o Sr. Vereador Dr. Martins enfatizando a carência de
contentores do lixo por todo o concelho e a falta que os mesmos faziam
O Sr. Presidente da Câmara afirmou que aquele problema já estaria a ser
resolvido, ou seja, já se estaria a preparar a compra de alguma quantidade de
contentores, para se poder colocar por todo o concelho
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:
EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DO PPI/2019 - ADJUDICAÇÃO,
Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como,
APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos
Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e quatro votos a
favor, do Sr. Presidente e Vereadores Senhores Dr. Fernando Madeira, Dr ^a .
Dulce Cainé e Drª. Madalena Santos, aprovar a proposta nº. 147/2019 , do Sr.
Presidente da Câmara, do seguinte teor:
"Empréstimo para financiamento do PPI 2019 – Adjudicação,
Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como,
Aprovação da Minuta do Contrato de Empréstimo
Em 26 de Fevereiro de 2019, através da Proposta n.º 60/2019, foi aprovada
pela Câmara Municipal a abertura de procedimento de contratação de um
"Empréstimo para Financiamento do PPI/2019". Da proposta e do caderno de
encargos aprovados destacam-se os seguintes elementos essenciais:
Montante: 1.800.000,00€



Finalidade: Financiamento do PPI de 2019
Prazo do empréstimo: 20 anos
Período de carência de capital: 2 anos
Prazo de utilização do capital: 2 anos
Amortizações de capital e juros: prestações semestrais constantes de
capital e juros com juros postecipados
Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de um spread
Valorização das propostas segundo a expressão:
Serviço da Dívida da Melhor Proposta
Serviço da Dívida da Proposta em Análise

GOP	Classificação Orçamental Designação Projeto		Valores
2 242 2019/43	0301 07030301	Reparação, manutenção e pavimentação de arruamentos e ciclovias no concelho de Mira	1.450.000,00€
2 242 2019/24 Ac.	0603	Reabilitação do Complexo	100.000,00€
8	07010302	Desportivo de Mira	
1 111 2019/44		Renovação do Parque de Máquinas e Equipamentos do Municipio de Mira	
1 111 2019/44 ac.	0301	Aquisição de Maquinaria e	160.000,00€
1	07011002	Equipamento	
1 111 2019/44 Ac.	0301	Aquisição de Equipamento de	90.000,00€
2	07010602	Transporte	

Em conformidade com o Caderno de Encargos oportunamente aprovado, o ato público de abertura das propostas ocorreu no dia 03 de abril de 2019, pelas 10:00 horas. ----- Da análise e avaliação às propostas que o júri efetuou, resultou a seguinte ordenação: ------



Proposta N⁰	Valorização da Proposta	Valorização	
4 Pages PDI	1.930.881,82€	4000/	
1 – Banco BPI	1.930.881,82€	100%	
C. Caire Carel de Danásia	1.930.881,82€	00.09538	
6 – Caixa Geral de Depósitos	1.931.168,13€	99,9852%	
2 – Novo Banco	1.930.881,82€	93,7987%	
2 - Novo Barico	2.058.537,78€	95,1961%	
5 – Banco Santander	1.930.881,82€	04.40.470/	
5 – Danco Santander	2.112.453,63€	91,4047%	

Da proposta melhor valorizada destacam-se:
Montante: 1.800.000,00€
Prazo do Empréstimo: 20 anos
Período de Carência: até 24 meses
Taxa de juro: Euribor 6 meses (base 360 dias) acrescida de um spread de
0,89%
Comissões e encargos: 1.800,00€
Reembolso: Prestações semestrais postecipadas, constantes de capital e
juros
Garantias: de acordo com a Lei nº 73/2013, de 03 de setembro
Em resultado desta análise de propostas, propõe-se:
1. A adjudicação do "Empréstimo para Financiamento do PPI/2019" ao
Banco BPI, S.A., em conformidade com a Atas e o Relatórios do Júri de análise
de Propostas em anexo, e, nos termos da Proposta apresentada pela referida
Entidade Bancária;
2. A aprovação da Minuta do Contrato de Empréstimo, que se junta em
anexo, a celebrar entre o Município de Mira e o Banco B.P.I, S.A.;



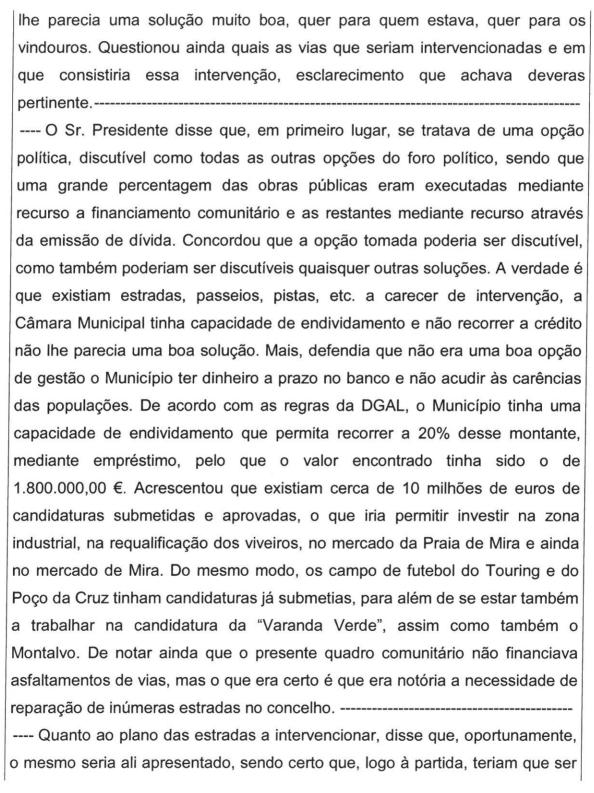
	JUROS			AMORTIZAÇÃO		
ANO	EMP NOVO EXISTENTES EMPRÉSTIMO		TOTAL	EMP EXISTENTES	NOVO EMPRÉSTIMO	TOTAL
2019	1 450,00 €	5 652,00 €	7 102,00 €	159 835,64 €	• • €	159 835,64 (
2020	1 500,00 €	11 304,00 €	12 804,00 €	120 347,62 €	€	120 347,62 €
2021	1 250,00 €	11 304,00 €	12554,00€	70 839,99 €	47 305,61 €	118 145,60 (
2022	850,00€	10857,91€	11707,91€	21 332,36 €	95 057,30 €	116 389,66 6
2023	- €	10 260,02 €	10 260,02 €	- €	95 655,19 €	95 655,19 (
2024	- €	9 658,36 €	9 658,36 €	- €	96 256,85 €	96 256,85 €
2025	- €	9 052,92 €	9 052,92 €	- €	96 862,29 €	96 862,29 €
2026	- €	8 443,67 €	8 443,67 €	- €	97 471,54 €	97 471,54 €
2027	- €	7 830,59 €	7 830,59 €	- €	98 084,63 €	98 084,63 €
2028	- €	7 213,65 €	7 213,65 €	- €	98 701,57 €	98 701,57 €
2029	- €	6 592,83 €	6 592,83 €	- €	99 322,38 €	99 322,38 €
2030	- €	5 968,10 €	5 968,10 €	- €	99 947,11 €	99 947,11 €
2031	- €	5 339,45 €	5 339,45 €	- €	100 575,76 €	100 575,76 €
2032	- €	4 706,84 €	4 706,84 €	- €	101 208,37 €	101 208,37 €
2033	- €	4 070,26 €	4 070,26 €	. €	101 844,96 €	101 844,96 €
2034	- €	3 429,67 €	3 429,67 €	- €	102 485,55 €	102 485,55 0
2035	- €	2 785,05 €	2 785,05 €	- €	103 130,17 €	103 130,17 €
2036	- €	2 136,37 €	2 136,37 €	- €	103 778,84 €	103 778,84 €
2037	- €	1 483,62 €	1 483,62 €	- €	104 431,59 €	104 431,59 €
2038	- €	826,76 €	826,76 €	- €	105 088,45 €	105 088,45 €
2039		165,77€	165,77 €		52 791,84 €	52 791,84 €
TOTAIS	5 050,00 €	129 081,82 €	134 131,82 €	372 355,61 €	1 800 000,00 €	2 172 355,61 €

---- Mais se propõe que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para ulterior aprovação, estando a presente proposta de autorização devidamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em pelo menos três Instituições de Crédito, bem como do Mapa demonstrativo da

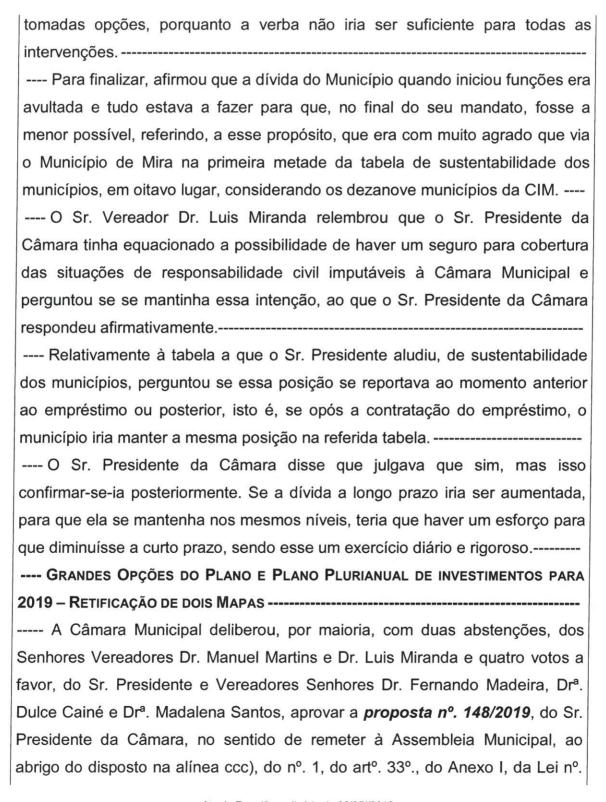


capacidade de Endividamento do Municipio, nos termos consagrados no n.º 5 do artigo 49.º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artº 33º, e com a alínea f), do n.º 1 e com o n.º 4, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro."--------- O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins questionou se se mantinham os mesmos pressupostos anteriormente contidos na proposta aprovada na reunião de 26 de fevereiro, uma vez que o Sr. Presidente tinha afirmado que se tinha tomado a opção de afetar o empréstimo a projetos não financiados por fundos comunitários e na documentação anexa à proposta constava, relativamente à proposta nº. 1, do Banco BPI, como finalidade do empréstimo, o financiamento da contrapartida nacional de projetos co-financiados. Mais solicitou que fossem indicados quais os arruamentos que iriam ser contemplados. --------- O Sr. Presidente da Câmara explicou que se tratava de um lapso do banco e que a finalidade do empréstimo se mantinha como inicialmente e estava plasmada na cláusula 3ª. da minuta do contrato, sendo que estava também expresso que o desembolso dos valores seria feito mediante solicitação do Município e indicação precisa da sua finalidade contratualmente prevista.--------- O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda fez uma observação no sentido de que, na sua opinião lhe parecia que financiar obras públicas com recurso a crédito não seria a melhor forma de fazer serviço público. De todo o modo, compreendia o montante do empréstimo e as condições exaradas no contrato, na medida em que lhe parecia, salvo o devido respeito, uma medida eleitoralista, no sentido de que o montante proposto era de mais de um milhão de euros, o período de carência era de dois anos e o prazo de utilização era também de dois anos, ou seja, teria que ser utilizado o montante referido até às próximas eleições e, naturalmente, daí seriam retirados alguns dividendos, sendo que até lá pagarse-iam juros e, findos os dois anos, começar-se-ia a amortizar, pelo que não

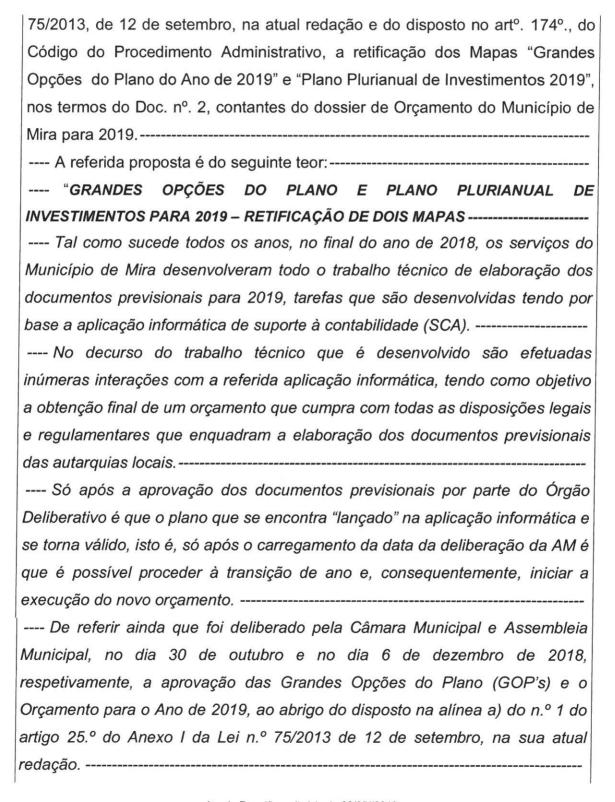












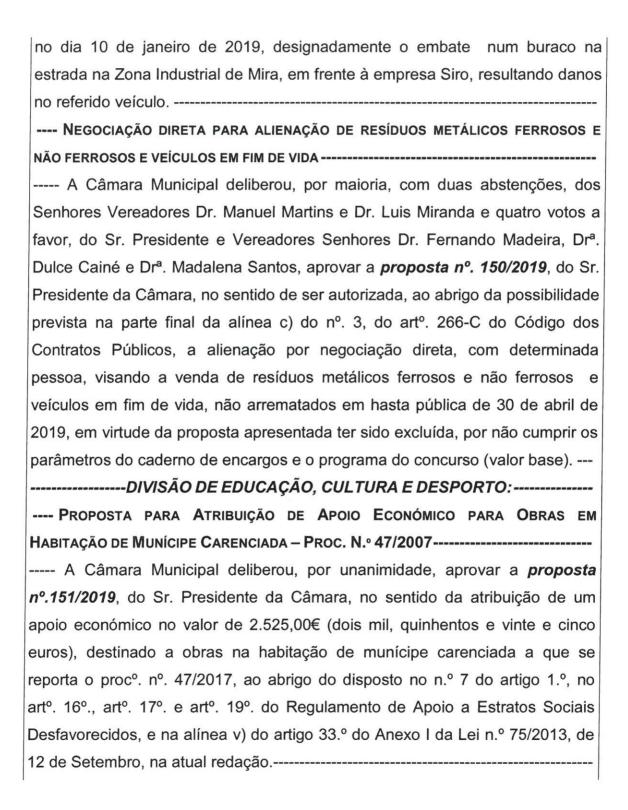


---- Com a receção do ofício do Tribunal de Contas, registo Mydoc n.º 3554 do passado dia 24 de abril a solicitar esclarecimentos no âmbito do processo de Fiscalização Prévia n.º 916/2019, do Concurso Público - Empreitada de Reabilitação e Reconversão de Estrutura Abandonada - Mercado de Mira, constatou-se que os Mapas "Plano Plurianual de Investimentos 2019" e, por essa via, "Grandes Opções do Plano do Ano de 2019", cfr. Doc. n.º 1, constantes do dossier do Orçamento de 2019 e assinados pelos órgãos executivo e deliberativo, não constavam na sua versão final, cfr. Doc. n.º 2, isto é, os mapas assinados não correspondiam à impressão do documento final de trabalho executado pelos serviços do Município e digitalizado para fazer parte do processo. --------- Como poderá ser constatado pela análise dos documentos supra referidos, a única diferença existente prende-se com o valor previsto para anos futuros (2020) no projeto 2 242 2018/14-1 – Reabilitação e Reconversão de Estrutura Abandonada – Mercado, isto é, relativamente ao ano de 2019 não existe qualquer diferença (Financiamento Definido de 81.096€). --------- A versão do documento que foi carregada no supra referido SCA e que tem servido de base à execução orçamental e designadamente às operações contabilísticas do procedimento do Concurso Público - Empreitada de Reabilitação e Reconversão de Estrutura Abandonada – Mercado de Mira foi a versão constante do Doc n.º 2, encontrando-se todas as operações efetuadas de acordo com essa última versão elaborada e que deveria constar, desde sempre, no "dossier" do orçamento de 2019. --------- Ora, determina o n.º 1 do artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados a todo o tempo pelo órgão competente para a revogação do ato. Determina ainda o n.º 2 do referido normativo que a

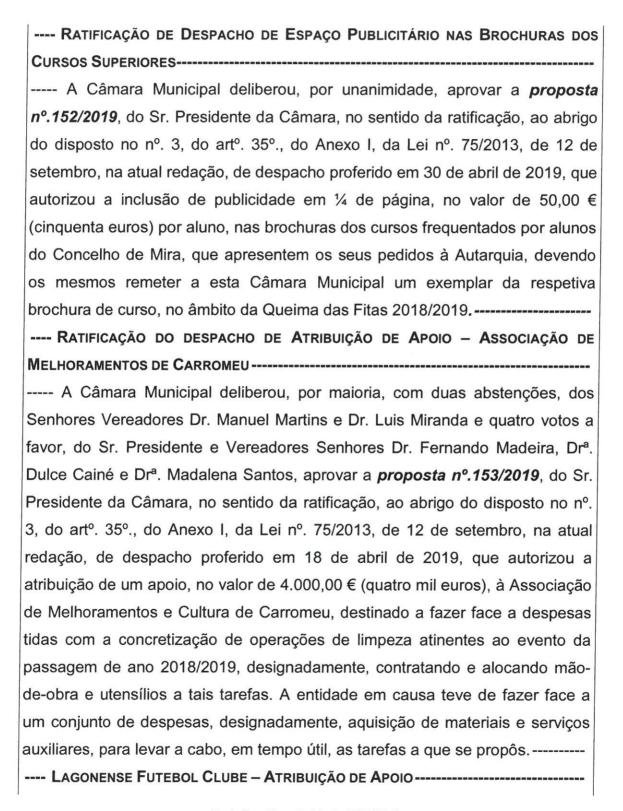


retificação produz efeitos retroativos e deve ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado; ---------- De facto, ensinam Mário Esteves de Oliveira, Pedro Consta Gonçalves – J. Pacheco Amorim, In Código do Procedimento Administrativo, Comentado, 2.ª Edição, Pág. 696 "...podem os órgãos administrativos competentes (o autor do acto e quem o pode revogar) proceder, sem limites temporais, à sua retificação. corrigindo o erro cometido, dando-se assim expressão ao princípio do aproveitamento do acto administrativo." --------- Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente remeter à Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, e do disposto no artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, a retificação dos Mapas "Grandes Opções de Plano do Ano de 2019" e "Plano Plurianual de Investimentos 2019", nos termos do Doc. n.º 2, constantes do dossier de Orçamento do Município de Mira para 2019." --------- RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DE MIRA--------- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e quatro votos a favor, do Sr. Presidente e Vereadores Senhores Dr. Fernando Madeira, Dra. Dulce Cainé e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta no. 149/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser deferida a pretensão formulada por "Marta Isabel Oliveira Miranda", residente em Perboi de Baixo, São Caetano, NIF 212820133, na qualidade de condutora do veículo com a matrícula 83-23-AD, mediante o pagamento de indemnização, no valor total de 781,87€ (setecentos e oitenta e um euros e oitenta e sete cêntimos), em virtude de se encontrarem preenchidos, no caso concreto, os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual suscetíveis de imputar à Câmara Municipal a assunção do pagamento de indemnização por ocorrência registada





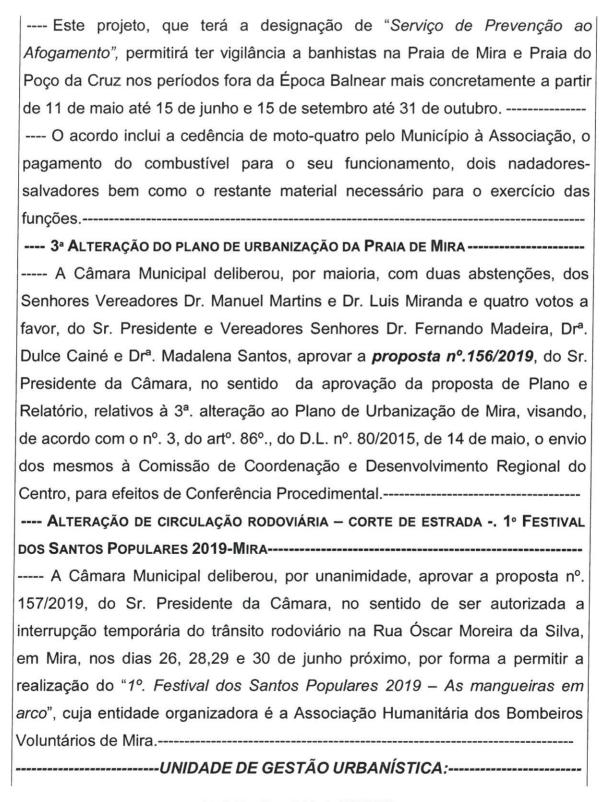




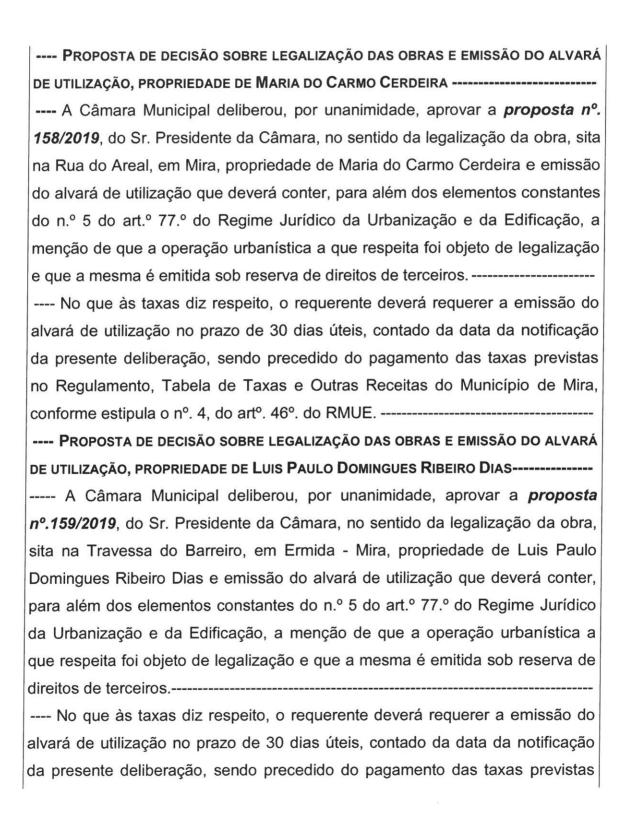


A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta
nº.154/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de um
apoio no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao Lagonense
Futebol Clube, para ajudar nas obras de remodelação da respetiva sede, ao
abrigo do disposto nas alíneas o) e u), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei
nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou se tinha havido alguma
cedência de materiais para a execução das obras
O Sr. Presidente respondeu negativamente
DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E
AMBIENTE:
PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E A ADAMASTOR - ASSOCIAÇÃO DE
NADADORES SALVADORES DE MIRA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta</i>
<i>nº.155/2019</i> , do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da minuta
do protocolo a celebrar entre o Município de Mira e a " <i>ADAMASTOR</i> –
Associação de Nadadores Salvadores de Mira", a qual se encontra anexa à
presente ata e dela fica a fazer parte integrante
O referido Protocolo prevê criação de uma de uma equipa de Nadadores
Salvadores, que pode ser ativada nos períodos em que haja condições
apropriadas à prática balnear, em situações nas quais sejam necessários
elementos para prevenção aquática, situações que sejam classificadas como
tendo risco de afogamento, ou qualquer outro enquadramento válido, por forma
a prestar assistência e a minimizar ao máximo as probabilidades de
ocorrências em meio aquático ou até afogamentos. Dado o seu vínculo de
funcionamento, esta equipa terá a mais-valia de já estar integrada a nível
operacional, sendo um meio adicional devidamente contemplado no quadro
municipal para o desempenho de funções específicas





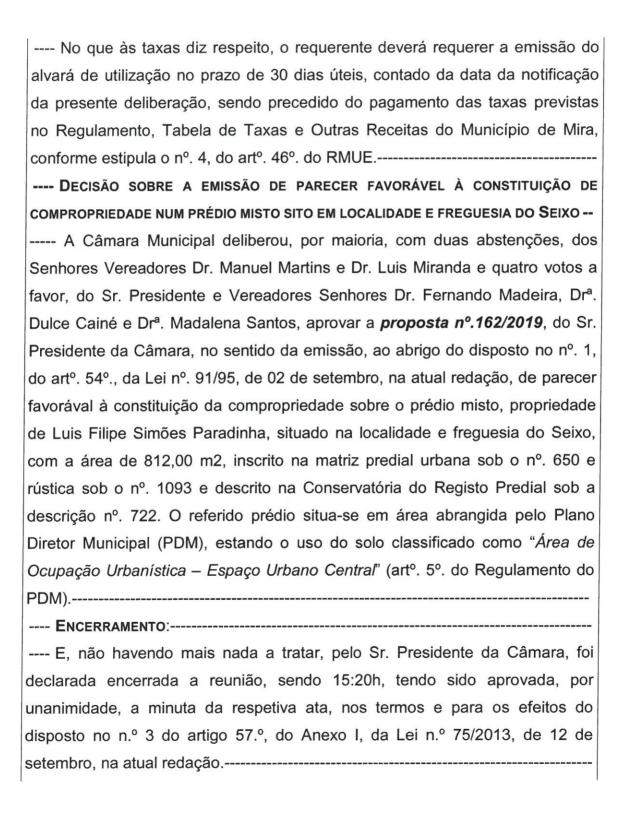






no Regulamento, Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira, conforme estipula o nº. 4, do artº. 46º. do RMUE. --------- PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIO EM MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE, PROPRIEDADE DE NORBERTO DA SILVA VIEIRA --------- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e quatro votos a favor, do Sr. Presidente e Vereadores Senhores Dr. Fernando Madeira, Dra. Dulce Cainé e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta no.160/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser promovida a audiência prévia do interessado, pelo prazo de 15 dias (úteis), face à intenção de decisão sobre a demolição de construção sita na Ava. 25 de Abril, em Mira, propriedade de Norberto da Silva Vieira, nos termos dos artigos 121º. e 122º. do Código do Procedimento Administrativo.--------- Findo aquele prazo e caso o interessado não se tenha pronunciado ou se o fizer, a sua pronúncia não alterar o sentido da decisão, será ordenada a demolição do referido edifício, no prazo de 30 dias (seguidos), nos termos do nº.3, do artº. 89º. do RJUE.--------- PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE LEGALIZAÇÃO DAS OBRAS E EMISSÃO DO ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO, PROPRIEDADE DE PEDRO MIGUEL GONÇALVES GARRUCHO--------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº.161/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da legalização da obra, sita na Rua d'Além, em Ermida - Mira, propriedade de Pedro Miguel Gonçalves Garrucho e emissão do alvará de utilização que deverá conter, para além dos elementos constantes do n.º 5 do art.º 77.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a menção de que a operação urbanística a que respeita foi objeto de legalização e que a mesma é emitida sob reserva de direitos de terceiros.-----







E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Carmen da Conceição
Santos, na qualidade de secretária, redigi
Soul Alub
(Presidente: Raul José Rei Spares de Almeida, Dr.)
Carmen Land
(Secretária: Carmen da Conceição Santos, <i>Dr</i> ª.)